

O GOVERNO DA BARBÁRIE: NOTAS SOBRE A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E DO GOVERNO BOLSONARO.

THIAGO DEHON DE SOUZA⁴

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo explicar sobre a crise estrutural do capital e o papel do Estado, assim como as evidências da crise estrutural do capital no Governo Bolsonaro (2019-2023). Para isso, fizemos uma breve conceituação sobre a sociedade capitalista e sobre a crise estrutural do capital. Posteriormente, analisamos as medidas de Bolsonaro em dois dos quatro elementos destacados por Mészáros como fundantes da crise estrutural, que são a destruição da natureza e o desemprego crônico. Concluímos que o governo Bolsonaro enquanto personificação política do Estado, agiu para reforçar as tendências apontadas por Mészáros, com ações que visavam recuperar a taxa de lucro a qualquer custo, tendo como consequência o aprofundamento da crise climática e o ataque direto ao emprego formal e aos direitos trabalhistas, aumentando o desemprego. A metodologia utilizada é a de leitura estrutural de estudos, reorganizando as ideias a partir do objetivo.

Palavras-chave: Crise Estrutural; Governo Bolsonaro; Desemprego Estrutural; Crise Climática

Abstract

This work aimed to explain the structural crisis of capital and the role of the State, as well as the evidence of the structural crisis of capital in the Bolsonaro Government (2019-2023). To do this, we made a brief conceptualization of capitalist society and the structural crisis of capital. Subsequently, we analyze Bolsonaro's measures in two of the four elements highlighted by Mészáros as the foundations of the structural crisis, which are the destruction of nature and chronic unemployment. We conclude that the Bolsonaro government, as a political personification of the State, acted to reinforce the trends pointed out by Mészáros, with actions that aimed to recover the profit rate at any cost, resulting in the deepening of the climate crisis and the direct attack on formal employment and labor rights, increasing unemployment. The methodology used is structural reading of studies, reorganizing ideas based on the objective.

Keywords: structural crisis; Bolsonaro government; structural unemployment; climate crisis

⁴ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Introdução

Conforme já indicado por Marx (2013), uma das necessidades ontológicas do capitalismo é instaurar seu sistema de produção de mercadorias, baseando-se na autorreprodução⁵, em toda parte do globo como forma de se obter novos mercados e aumentar a capacidade de extração de mais valia. Contudo, de acordo com Mészáros (2002), essa lógica reprodutiva tem limites estruturais, e quando tais limites são ativados há uma intensificação na miséria e adoecimento dos trabalhadores, além de uma crise sem precedentes que o próprio Mészáros (2002) denomina de crise estrutural do capital.

Trataremos aqui de algumas características essenciais para entender a ontologia do sistema do capital, incontrolável, e, contraditoriamente, sua eterna necessidade de controle devido a seus imperativos expansivos, característicos deste sociometabolismo e que o torna tão destrutivo tanto em relação à natureza quanto em relação à vida humana. Para essa explanação utilizou-se alguns dos conceitos de Marx, Mészáros e Paniago sobre o capital, sua crise estrutural e o papel do Estado. Será analisada, também, evidências da crise estrutural do capital no Governo Bolsonaro (2019-2023) a partir de dois dos quatro elementos determinantes da crise estrutural do capital, elencados por Mészáros (2002) que são a destruição da natureza e o desemprego estrutural.

A escolha do elemento “destruição da natureza” se dá pela urgência que a crise climática atual nos apresenta. No sistema do capital, a natureza é vista apenas como meio de produção, com isso, sua destruição está chegando a um ponto irreversível, onde a humanidade já sofre com as consequências urgentes do aquecimento global (Mészáros, 2002). No Brasil, especificamente no governo Bolsonaro, a destruição da natureza foi aprofundada de maneira catastrófica, uma vez que o Brasil tem um papel específico perante o capital internacional como fornecedor de commodities.

Em relação ao elemento “desemprego estrutural”, é importante observar os impactos deste na realidade brasileira sob a égide do governo Bolsonaro. Uma vez que, frente a crise estrutural, o Estado age agora atacando diretamente o trabalho formal e os direitos trabalhistas como forma de recuperar o crescimento da taxa de lucro via precarização da força de trabalho. Essa nova roupagem neoliberal se aproximou do Brasil já no início dos anos 90 do século XX, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, e teve seu aprofundamento deliberado no governo de Bolsonaro.

Portanto, neste artigo, iremos conceituar como se configura a crise estrutural do capital e qual o papel do Estado enquanto personificação política deste sistema para que posteriormente tenhamos a possibilidade de analisar a realidade brasileira durante

o governo de Bolsonaro perante tais elementos. De que maneira o governo Bolsonaro

⁵ Para uma melhor definição sobre a autorreprodução do capital, ver Marx - O capital (2013)

corroborou com as interpretações de Mészáros? A forma como o ex-presidente da república e sua agenda neoliberal lidaram com as questões ambientais e com o emprego ilustram bem o cenário catastrófico que o autor nos aponta como determinantes e urgentes para a humanidade. Corremos o risco de lidar com um tipo de barbárie sem precedentes, que coloca a vida humana em xeque.

1) Apontamentos de Marx para uma compreensão da sociedade capitalista

O capital, segundo Marx (2013), é um sistema econômico que se expressa através da propriedade privada e tem como característica central a subordinação do trabalho ao próprio capital. Esse sistema é uma relação social, que tem como característica ontológica a necessidade de separar o trabalho (e o trabalhador) de suas necessidades básicas de (re) produção, criando um processo de alienação e geração de mais valor. Ainda de acordo com Marx (2013), nessa relação o dinheiro tem papel mediador na compra e venda de matérias-primas - dentre elas a força de trabalho. Esse processo de compra e venda de força de trabalho coloca todos os trabalhadores na esteira do mercado, ora como meios de produção (empregados e gerando mais valia), ora como mercadorias nas prateleiras (desempregados), à espera de algum capitalista comprar sua força de trabalho para ter mínimas condições de subsistência.

O capital tem como necessidade ontológica realizar a apropriação do trabalho excedente nos mais altos valores possíveis (Marx 2013, Mészáros, 2002). Essa é a força motriz do capitalismo: se expandir enquanto sistema sociometabólico de maneira avassaladora, sem nenhum tipo de preocupação com as consequências que isso pode causar. Como diria Paniago, a subordinação do trabalho ao capital é uma “condição inexorável de sua autorreprodução; possui uma lógica autorreferente que precede a vontade do capitalista, e se impõe sobre o trabalhador por meio de formas mutáveis de dominação (Paniago, 2012, p. 25 e 26).”

Essa lógica de autoreferenciação quer dizer que o capital realiza sua jornada rumo à acumulação de mais valor num ciclo determinado pela fórmula $D - M - D'$, que seria dinheiro - mercadoria e posteriormente ao processo produtivo e a realização da venda das mercadorias produzidas temos o D' , que é o dinheiro acrescido de mais valor (ou mais valia) (Marx, 2013). Esse ciclo se reproduz em todas as cadeias produtivas da sociedade pela necessidade ontológica de expansão de mercados, para não haver estagnação econômica e crises em decorrência da estagnação.

O capital se valoriza através do trabalho, mas, ao mesmo tempo, temos uma crescente substituição de trabalho vivo por trabalho morto, que, num curto espaço-tempo, alarga

o poder de produção, mas gera necessariamente desemprego. Isso faz com que as mercadorias produzidas fiquem mais tempo estagnadas nas prateleiras dos mercados e torne o processo D - M - D' mais longo, o que por si só já causa crise por estagnação devido à demora na venda das mercadorias (Marx, 2013).

Pois bem, se, ao mesmo tempo, o sistema do capital precisa de uma estrutura produtiva, de meios de produção (dentre eles o trabalho, como fonte de extração de mais valor) e de personificações políticas individuais para realizar as mediações necessárias, precisa também de uma *super estrutura*, um conjunto de instituições (como por exemplo o Estado), regras morais e culturais, ideias e formas de domínio ideológico, com vistas a amenizar a luta de classes. Na letra de Marx:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx, 2007, p. 47).

Se antes, de acordo com Marx (2013), o modo de produção capitalista gerava crises cíclicas, quer seja por superprodução, quer seja por concentração de renda ou pelas características do subemprego, Mézáros (2002), a partir de uma análise rigorosa e dialética da sociedade capitalista a partir dos anos 70 do século XX, percebe uma nova cisão no sistema do capital que ele denomina de crise estrutural do capital. Para entender as características do capitalismo atual, precisamos obrigatoriamente compreender o que é a crise estrutural do capital e como isso influencia diretamente na vida dos trabalhadores e da sociedade.

2) Conceitos básicos sobre a crise estrutural do capital e o papel do Estado moderno

Mézáros (2002) a partir das análises de Marx (2013), evidencia a forma de funcionamento do sistema do capital, que denomina como sociometabolismo do capital. Dentre as características apontadas, é necessário nos debruçarmos sobre o que Marx, apresentado aqui a partir de Mézáros, nomeou de tendências e contratendências, que se baseia na lei do desenvolvimento desigual. O sistema do capital consegue atuar de maneiras diferentes em diferentes lugares do globo, sempre de acordo com a realidade objetiva de onde está instaurado, formando uma teia mundial, conectada e a à serviço do capital, mas agindo cada um de acordo com sua individualidade local.

Esse desenvolvimento desigual se baseia no nível de avanço tecnológico dos capitais

locais e sua relação hierárquica com os internacionais juntamente com as determinações internas das tendências e contratendências de desenvolvimento seguidas em cada região. Tal permeabilidade entre tendências e contratendências permite ao capital deslocar contradições de maneira estratégica pelo ato político de suas personificações, aqui principalmente o Estado, mas também suas personificações individuais - os capitalistas. Para Mészáros (2002), essas possibilidades de ajustes estratégicos já se esgotaram e é exatamente esse fato que determina o início da crise estrutural do capital.

Durante a chamada “época de ouro” do capital, que foi o auge da social democracia na Europa, o Estado tinha um papel central no deslocamento das crises via ajustes estratégicos, hoje tais táticas não surtem efeitos duradouros que garantam acumulação de mais valia nos mais altos níveis possíveis. Com o fim da fase de expansão de mercados e das possibilidades de deslocamento da crise, o sistema do capital usa de táticas para garantir a taxa de lucro, como a intensificação de jornadas, desregulamentação de leis trabalhistas, precarização ainda maior do trabalho e piora na qualidade das mercadorias produzidas (a chamada obsolescência programada) (Mészáros, 2002).

O ciclo de duração das mercadorias é reduzido junto com a qualidade das mesmas, para que estraguem antes e faça com que as pessoas sejam obrigadas a comprar novos produtos, tendo aqui um novo ciclo de venda, o que, como já vimos, é a última etapa necessária para a consolidação da acumulação enquanto trabalho não pago. Usa-se a aceleração do ciclo de consumo para compensar o fim da possibilidade de expansão geográfica. Porém, essa lógica implementada mostra o início de algumas fissuras do sistema do capital: ao acelerar o ciclo de consumo, o sistema do capital precisa cada vez mais de maiores mercados consumidores para que não haja estagnação de mercadorias, precisa cada vez menos de trabalho vivo, e acima de tudo necessita de uma extraordinária quantia de matéria prima, o que coloca a natureza em cheque (Mészáros, 2002).

Essas expressões das relações sociais do sistema do capital nos ajudam a entender o esgotamento de um modelo de acumulação e o início de uma nova etapa, onde as crises capitalistas, que anteriormente, segundo Marx (2013), eram cíclicas, agora passa a ser de cunho estrutural, pois não é mais possível de ser deslocada via ajustes estratégicos do Estado.

Mészáros diz que o sistema do capital existia três modos de lidar com as crises cíclicas: “a modificação de algumas partes de um complexo em questão; b mudança geral de todo o sistema ao qual os subcomplexos particulares pertencem; e c alteração significativa da relação do complexo global com outros complexos fora dele.” (2002, p. 797). Assim a impossibilidade de intercambiar entre essas vias, determina o início da crise estrutural do sistema do capital.

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. (Mészáros, 2002, p. 799)

O resultado da crise estrutural impacta diretamente a vida dos trabalhadores, que cada vez mais se deparam com subemprego, miséria, desemprego, fome e várias outras expressões da questão social. Neste momento, o Estado assume um papel central e muito importante na (re)produção do capital, onde cada vez mais medidas de controle são necessárias para legitimar o sistema frente aos trabalhadores. O Estado age no sentido de tentar deslocar as contradições do capital, mas essa ação é extremamente limitada. Se o Estado buscasse a verdadeira causa sui do sistema do capital, iria se deparar com as questões ontológicas ao próprio sistema, como por exemplo, o domínio do capital sob o trabalho para que haja extração de mais valor nos mais altos índices possíveis. Aqui, mais uma vez, nos deparamos então com os limites absolutos do sistema (Mészáros, 2002).

Mészáros aponta que existem 4 elementos determinantes para situar a crise estrutural do capital, assim Paniago os ressalta: “1. o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais; 2. a degradação das condições ambientais; 3. a luta pela emancipação das mulheres; e 4. o agravamento do desemprego crônico” (Paniago, 2012, p. 64 e 65). Dentre esses quatro pontos, elencamos dois como categorias centrais nas análises desse estudo a respeito do governo Bolsonaro, conforme indicaremos mais adiante, que são: 1) a degradação das condições ambientais e 2) o agravamento do desemprego crônico.

Se debruçar sobre o elemento da degradação das condições ambientais é importante uma vez que vivemos em um sistema onde a natureza é vista apenas como matéria prima e estamos diante de um momento histórico onde o sistema do capital precisa cada vez mais de matérias primas para a produção desenfreada de mercadorias. Podemos citar também o uso de combustíveis fósseis pelas indústrias, despejando toneladas de gases poluentes na atmosfera, além da necessidade de mais espaço geográfico para, por exemplo, a produção da pecuária, o que leva a queimadas em reservas florestais, destruição de rios e nascentes, além do genocídio dos povos originários.

Já em relação ao desemprego crônico, Mészáros (2002) segue a análise sobre a crise estrutural do capital citando suas consequências para a sociedade. O autor relata que uma das necessidades originárias deste é a necessidade de substituição do trabalho vivo por trabalho morto como tentativa de compensar a queda na taxa de lucro.

O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o “tempo necessário de trabalho” (ou o “custo do trabalho na produção”), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em força de trabalho supérflua. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada. (...) nem a intensificação da taxa de exploração nem os esforços para resolver o problema por meio da “globalização” e pela criação de monopólios cada vez mais vastos apontam uma saída para este círculo vicioso. As condições necessárias para assegurar e manter o bom funcionamento do sistema - um sistema de controle par excellence ou nada -, na ausência da alternativa socialista, geralmente escapam ao controle do capital, levantando o espectro da incontrolabilidade destrutiva. Aqui a contradição é realmente explosiva. É o que dá um significado real à preocupação, em seu próprio interesse, das personificações do capital com o problema da “explosão populacional”. Assim sendo, esta preocupação tem duplo significado: por um lado, indica a incontrolável multiplicação da “força de trabalho supérflua” da sociedade; por outro, mostra a acumulação da instável carga explosiva que invariavelmente acompanha tais fatos. (Mészáros, 2002, p. 226)

A partir desta conceitualização do autor, podemos citar no Brasil as contra reformas da legislação trabalhista em 2017 que, de modo geral, ataca os direitos já conquistados pelos trabalhadores, implementa novas modalidades de trabalho, onde não há qualquer garantia e acesso a direitos trabalhista, e combinado com o padrão substitui o legislado e garantido pela CLT. Essas contrarreformas evidenciam um momento claro de inflexão na luta dos trabalhadores, que hoje ocupam uma posição defensiva na luta de classes. Ainda sobre a questão do desemprego, Paniago (2012) nos alerta sobre a impossibilidade de se conciliar a expansão do capital e as políticas de “pleno emprego”, sugeridas por Keynes. Se tais políticas de emprego deram certo por um curto período, o fim do ciclo de acumulação da chamada época de ouro do capital na Europa causou como consequência um grande crescimento do desemprego.

Ao se deparar com um novo momento de produção, agora destrutiva devido aos limites objetivos e imperativos apresentados até aqui, o sistema do capital, seguindo suas características ontológicas, não permite tais “regalias” e requer agora um Estado que age em outro formato (neoliberal), oferecendo o mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. Ainda de acordo com Paniago (2012), uma das justificativas utilizadas para explicar o crescimento do desemprego é a utilização de novas tecnologias na produção de mercadorias. Pois bem, as tecnologias aplicadas estão em consonância com as necessidades do capital, o que apenas reforça a tendência preexistente ao desemprego crônico.

A característica ontológica de expansão levou o capital à crise estrutural, que tem sua expressão na crise de controle atual e também no resfriamento da acumulação ampliada. Temos uma necessidade latente de restringir a expansão do capital, sendo que essa é uma característica elementar ao sistema. Isso demonstra estarmos diante dos limites absolutos e intransponíveis do sistema do capital.

Deposita-se, então, nos Estados nacionais a esperança de que estes conseguiram de alguma forma, enquanto personificações políticas do sistema do capital, controlar as características anárquicas deste sistema, sendo que na verdade tal ação é impossível. Uma vez que, de acordo com Mészáros (2002, 2015) o Estado tem como papel atender os interesses do capital em sua estruturação política nacional e transnacional, garantir o direito à propriedade privada e a dominação de uma classe sob a outra. Para realizar tal incumbência, utiliza-se de forças ideológicas ou materiais (de consenso ou coerção), de acordo com a luta de classes e as possibilidades históricas de cada momento. Não importa o formato que tenha, desde social democrata até autoritário, o Estado sob mando do capital tem como agenda apenas defender e alargar esses pilares para possibilitar a extração de mais valor na forma de trabalho acumulado.

Ainda de acordo com o autor (Mészáros, 2002, 2015), o Estado busca dar coesão nas ações das personificações políticas individuais do capital (os capitalistas). É a ação do Estado que garante a consolidação da necessidade totalizadora e global do capital. Ele (o Estado) tenta controlar o descontrole produtivo do capital e ajustar os microcosmos produtivos numa teia nacional e mundial de capitalistas e capitais, numa relação entre Estados-nação, criando uma estrutura totalizadora e hierárquica de comando político do capital.

Se temos como defeitos estruturantes do capital a dissociação das unidades ‘produção x controle, produção x consumo e produção x circulação’ o Estado garante que essa dissociação tenha condições legais de acontecer e se aprofundar. Na dissociação entre produção e controle, o Estado garante o direito da venda de força de trabalho para que haja a extração de mais valor. Na separação entre produção e consumo vem a necessidade de se fetichizar cada vez mais a mercadoria, criar necessidades de consumo que antes não existiam, a fim de expandir a possibilidade de acumulação. Aqui cabe ao Estado o papel de ampliar mercados e gerar condições de expansão ilimitada. Por último, na dissolução entre produção e circulação, o Estado age no sentido de quebrar barreiras locais e internacionais, criando uma internacional rede de dominação e subordinação de capitais, de acordo com o poder econômico de cada Estado nacional na ordem global (Mészáros, 2015)

Para conseguir tal feito, o Estado precisa obrigatoriamente ter o monopólio da lei, não basta aqui estar de acordo com ela, mas ter também a possibilidade de estar acima dela quando necessário. A verdadeira lei que move a sociedade é a do mais forte, onde o

Estado precisa a todo custo garantir as condições políticas necessárias para a reprodução do capital. Daí vemos a fragilidade de conceitos como a democracia, que em tempos de sintomas mais agudos da crise estrutural é simplesmente eliminada pelo capital em nome da garantia de acumulação. É exatamente aqui que o diálogo com o que foi o governo Bolsonaro começa a tomar forma, de acordo com as ações políticas deste. Veremos mais adiante, como foi um período necessário de acordo com as necessidades produtivas do capital.

A crítica ao Estado moderno está ancorada em sua ineficiência (e impossibilidade) de gerir as contradições do sistema do capital, de maneira qualitativa, através de suas funções corretivas. Mas como o capital não pode assumir tal prerrogativa, a ideologia liberal acusa este ou aquele Estado nacional de incompetente e ou falido com vistas a criar argumentos que justifiquem uma intervenção em nome da democracia e reestabelecimento na ordem. Acontece que tal ato na verdade é apenas mais um movimento de deslocamento de contradições, onde o Estado que receberá a intervenção na verdade é território de alguma matéria prima importante para a produção e reprodução do capital.

Ou seja, o Estado moderno sob a égide do sistema do capital tem um papel central enquanto personificação política do capital para garantir a exploração. Seu papel de atuação como ente que realiza os deslocamentos de contradição e também de criar as condições legais e ilegais (sob o monopólio da lei e da violência) para a autoreferenciação do capital em todos os espaços possíveis, cria, conseqüentemente, pobreza, desigualdade e destruição. Ao atender os interesses do capital nacional e internacional, o Estado brasileiro, como veremos a seguir, tenta permitir cada vez mais a superexploração da força de trabalho através de reformas trabalhistas e destruição desenfreada da natureza.

3) Bolsonarismo e crise estrutural: uma relação indissociável.

Como já vimos anteriormente, o Estado burguês age em consonância com o sistema do capital e vemos que a partir dos anos 70 do século XX houve um redimensionamento do Estado. Nas palavras de Netto (2012), temos uma diminuição da ação reguladora do Estado - o que não quer dizer que ela não seja necessária, mas sim que o foco de atuação não tem mais espaço para garantias de direitos sociais. Pratica-se a agenda econômica neoliberal. Ainda de acordo como autor:

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworski, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação

[capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia". Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolveu-se, a partir dele, uma "cultura política" antiestatal – e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil nem a certas formulações políticas que, renovando velhos equívocos anarquistas, pretendem-se "de esquerda (Netto, 2012, p. 422)

As intenções do sistema do capital em crise estrutural perante tais alterações de sua personificação política - o Estado - mostra com clareza quais as suas verdadeiras intenções: ter acesso aos fundos públicos que antes eram geridos pelo Estado, flexibilizar legislações trabalhistas a fim de se obter força de trabalho ao menor preço possível e aniquilar os direitos sociais, vistos aqui como gastos desnecessários. Os mecanismos políticos internacionais do capital, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, obrigam os países ditos "em desenvolvimento" a aplicar a nova agenda econômica neoliberal como pré requisito para concessões de crédito, por exemplo.

Se as políticas neoliberais no Brasil tiveram seu marco temporal inicial no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2001), o que vimos posteriormente, mesmo nos governos ditos de esquerda do PT (Partido dos Trabalhadores), foi o aprofundamento - ora com um pouco mais de espaço para a luta dos trabalhadores, ora com recuos e perdas de direitos - do ditame neoliberal no Brasil. Dentre os vários acontecimentos nos anos 10 e 20 do século XXI, vale destacar o golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016, onde as personificações políticas do capital internacional juntamente com os capitais nacionais mostram as regras do jogo, onde não há espaço nem para pequenos flertes com agendas sociais, garantia de direitos (mínimos) e políticas de emprego, conforme apontado em Pochmann (2016).

As novas formas de domínio ideológico do sistema do capital, ancoradas numa nova expressão cultural chamada de pós modernidade (Lyotard, 2009), edificam sua hegemonia entre os trabalhadores e criam o cenário ideal e necessário para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Apenas sob a luz das teorias de Marx e Mészáros apresentadas até aqui, sobre as tendências e contratendências do sistema do capital é que podemos entender a necessidade histórica - do ponto de vista do capital - do governo Bolsonaro.

Como já vimos em Mészáros (2002), não há mais possibilidades de retomada da taxa de lucro via deslocamento das contradições e resta somente o aprofundamento de uma agenda pautada na destruição da natureza e ataque aos direitos dos trabalhadores e o emprego formal. O Brasil cumpre um papel estratégico na produção de commodities, sendo uma necessidade tanto do capital internacional quanto nacional. A necessidade de se haver cada vez mais acumulação, encontra entraves e barreiras nas legislações e

políticas ambientais, que buscam defender territórios de reservas e estabelecer limites de uso de produtos que destratam o solo. Se em outros governos, principalmente nos governos do PT, havia minimamente a defesa de políticas ambientais, o governo Bolsonaro foi eleito estrategicamente para destruir e aniquilar todo e qualquer tipo de proteção, reforçando a tese de Mészáros (2002, 2015) sobre a crise climática ser fruto da necessidade de acumulação do sistema do capital em crise estrutural.

Podemos apresentar, a partir dos estudos feitos por Silva e Fearnside (2022) alguns pontos principais da despolítica ambiental do bolsonarismo a favor do agronegócio e da retomada da taxa de lucro: 1 - A transferência da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Agricultura, onde se visa impedir novas demarcações de terra. Nas palavras do então presidente, não haveria a demarcação de “sequer 1cm de terra” e assim foi cumprido. 2 - Nomeação de assumidos ruralistas para cargos de chefias em órgãos fiscalizadores, com o intuito de não se fiscalizar e multar ações ilegais de desmatamento, além da aprovação de mais de 1600 novos tipos de agrotóxico. 3 - Corte de verba federal para proteção social e enfraquecimento do sistema de monitoramento de combate a crimes ambientais e emissão de decretos e medidas provisórias para emparelhar órgãos responsáveis por fiscalizar as violações ambientais.

Ainda de acordo com os autores, o governo Bolsonaro cortou 240 milhões do Ministério do Meio Ambiente. Os recursos para a prevenção de incêndios florestais caíram de 49 milhões (2019) para 37 milhões (2021). Em 2022, apenas em vetos presidenciais, o Ministério do Meio Ambiente perdeu 8,6 milhões de reais em recursos para a promoção da conservação e prevenção de incêndios (Silva e Fearnside, 2022). Outros dados importantes são o aumento do desmatamento em 22% de agosto de 2020 a julho de 2021 se comparados ao ano anterior. Os dados foram omitidos a mando do governo e só foram revelados em novembro de 2021, após a participação do Brasil na COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima).

O emparelhamento de órgãos fiscalizadores ambientais incentivou diretamente o agronegócio a invadir e queimar reservas legais pela certeza da não punição. Segundo o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de janeiro de 2019 a julho de 2022 a Amazônia perdeu 31 mil km² em desmatamento. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP) apontam que em 2020 o Pantanal perdeu quase 45 mil km², sendo recorde de queimadas na região, tudo sob aprovação do governo Bolsonaro, que em nada agiu para fiscalizar e multar e/prender os culpados (Silva e Fearnside, 2022).

Essas ações estão em perfeita consonância com a agenda neoliberal apregoada por Paulo Guedes, ministro da economia no governo Bolsonaro. As consequências desses desastres climáticos em nome do lucro colocam em xeque a vida na Terra. De acordo com a CMM

(Organização Meteorológica Mundial, 2022), há uma probabilidade de 66% de a média anual de temperatura subir 1,5 graus nos próximos 5 anos, o que é considerado como “limite seguro” de aumento de temperatura por órgãos especializados. Os atos do governo Bolsonaro ignoram de maneira irracional os alertas realizados e fazem exatamente o papel de personificação política do sistema do capital que é colocar o lucro em primeiro lugar, independentemente das consequências destrutivas que isso pode causar.

Um apontamento feito pela ONG MapBiomas (2022) mostra que o Brasil perdeu 13% de vegetação nos últimos 37 anos. Outro estudo da mesma ONG (MapBiomas, 2019) mostra que da área desmatada até 2019, 90% era de responsabilidade da pecuária. A ONG ainda aponta em outro estudo (2022) que a Amazônia perdeu 17% de sua vegetação, sendo que deste valor 82% foi no território brasileiro. Em contrapartida, a mineração na região aumentou mais de 1000%, indo de 47 mil hectares em 1985 para um território superior a 571 mil hectares em 2021.

Os tratados internacionais, tais como o Acordo de Paris, que buscam colocar limites na emissão de gases poluentes, não conseguem de fato ter um efeito significativo contra os imperativos do sistema do capital. Tanto que, conforme dados apresentados por pesquisadores do Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus da União Europeia, o ano de 2023 foi o mais quente dos últimos 125 mil anos. Não existe acordo que controle o sistema do capital e sua destruição. Como já provado por Mészáros (2002), não há como limitar as características ontológicas do sistema do capital mediante personificações políticas ou acordos legais. Apenas a superação do sistema do capital como um todo pode de fato trazer a possibilidade de uma vida qualitativa em sintonia com o meio ambiente, tendo o socialismo como horizonte.

Enquanto os países da Europa cuidam de suas reservas ambientais e prezam pela qualidade de vida de sua população, usam o chamado terceiro mundo como celeiro e curral, para extrair matéria prima e superexplorar a natureza. Os riscos sobre a crise estrutural do capital pautados por Mészáros (2002) são ilustrados pelas políticas de Bolsonaro. Basta mais alguns anos de produção destrutiva para que a humanidade percorra um caminho sem volta no que diz respeito a alterações climáticas e ambientais, o que nos colocará sem dúvidas no curso da barbárie.

Outro ponto chave no atual padrão de acumulação e na reestruturação produtiva, destacado por Mészáros (2002), é o desemprego crônico e o ataque às legislações trabalhistas. A crise do desemprego crônico atinge todo o globo terrestre, quer seja países ditos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Há uma tendência no capitalismo em recomendar, mais uma vez, cartilhas prontas com ditames neoliberais como “solução” para a crise do desemprego crônico. Aqui vemos nitidamente outra forma de ação do governo Bolsonaro em consonância

com os apontamentos feitos por Mészáros, onde o mesmo usa do poder do Estado de estar acima da lei e legislar sob interesse do capital e, por medidas provisórias, aplica uma série de alterações no mundo do trabalho. Ainda sobre o desemprego crônico, o Mészáros (2002) nos diz:

Os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximos, podem ser resumidos em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”. Dois dos slogans mais apreciados pelas personificações do capital nos dias atuais, tanto nos negócios como na política, soam interessantes e progressistas. E muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho e políticas do neoliberalismo, pretendem ser tão recomendáveis, para a toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã, pois a “flexibilidade” em relação às práticas de trabalho - a ser facilitada e forçada por meio da ‘desregulamentação’ em variadas formas -, correspondentes, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho. [...] E as mesmas pessoas que chamam de “flexibilidade” universalmente benéfica a difusão das mais precárias condições de trabalho também ousam chamar de ‘democracia’ a prática dessa autoritária legislação antitrabalho (Mészáros, 2002 p. 34).

Bolsonaro inicia sua jornada contra o trabalho protegido pela CLT no dia 1 de janeiro de 2019, onde assina uma MP (medida provisória) de reforma ministerial (MP N. 870/2019), posteriormente transformada em lei (LEI N. 13.844/2019), onde decreta o fim do Ministério do Trabalho, que passa a ser subpasta de outros ministérios. Essa emblemática ação já demonstra os rumos de flexibilização e ataque aos direitos dos trabalhadores que seu governo iria percorrer (Gaspardo, Santos, Marchioni, 2023).

Ainda em 2019 foi elaborada também a MP N. 881/2019, que posteriormente seria convertida na Lei N. 13.874/2019, chamada de “DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA”. O então governo acreditava que no Brasil havia uma densa legislação trabalhista, que burocratizava e dificultava a atuação dos empresários em gerar empregos, sendo necessário flexibilizar o máximo possível para eliminar as barreiras que dificultavam a geração de emprego.

A justificativa continua explicando que os índices de desemprego, estagnação econômica e falta de crescimento real da renda estão diretamente associados à falta de liberdade econômica, percebendo-a como “cientificamente um fator necessário e preponderante para o desenvolvimento e crescimento econômico de um país”, e que a liberdade econômica, em especial a proteção à propriedade privada, “é mais determinante para o bem-estar da população do que, por exemplo, as características regionais e demográficas de um país” (BRASIL, 2019c, p. 13). Busca-se, com a MP, instituir mecanismos para superar um “Estado irracionalmen-

te controlador”, “antiliberdade e antidesenvolvimento”; e, diante dessa realidade, expressa-se que “nada foi enunciado [na Medida Provisória n. 881/2019] de maneira a privilegiar um em detrimento do outro, como o espírito da verdadeira economia de mercado demanda” (Brasil, 2019, p. 14 apud Gasparido, Santos, Marchioni, 2023, p. 11).

Felizmente o texto aprovado sofreu diversas alterações (fruto da luta dos trabalhadores e entidades representativas) e perdeu força no que diz respeito a retirada de direitos, ainda que aprovado em 2019 e com alguns recuos significativos para a classe trabalhadora. Através dessas duas leis, foi possível perceber logo no início qual seria a agenda apreçada por Bolsonaro e Paulo Guedes, totalmente em consonância com um capitalismo em crise, que precisa retomar desesperadamente o crescimento econômico.

Os dados sobre emprego no Brasil antes mesmo da pandemia já eram alarmantes. De acordo com Antunes (2020), 16,2 milhões de pessoas viviam situação de desemprego e desemprego por desalento (quando se desiste de procurar emprego por não encontrar). Quase 25 milhões dos empregados em 2019 estavam inseridos no mercado de trabalho por conta própria, em trabalhos precarizados e 6,8 milhões em subempregos, que são jornadas de trabalho insuficientes para gerar renda para o sustento. Ainda de acordo com os dados trazidos pelo autor, dos subempregados 33,2% eram mulheres negras, 22,3% homens negros, 20,7% mulheres brancas, 20,7% e homens brancos 14,2%, o que escancara o racismo e machismo estrutural presente em nosso país.

Se não bastasse as ações do governo Bolsonaro, o mundo ainda foi impactado com uma pandemia (COVID-19), que no Brasil veio acompanhada de crise sanitária, desemprego, insegurança alimentar, fake news, negacionismo e o que tem se convergido de chamar de necropolítica. O governo Bolsonaro negligenciou a pandemia de todos os modos possíveis, criou narrativas fantasiosas e anti vacinas e fez do Brasil uma das maiores vítimas da COVID-19, tendo um índice de mortalidade 4x maior que o mundo (Hallal, 2021).

De acordo com a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no primeiro trimestre de 2021 havia no Brasil mais de 15 milhões de pessoas desocupadas, sendo a taxa de desocupação 14,9%, que é um recorde desde que se começou a registrar o índice. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2022 mais de 33 milhões de pessoas no Brasil não têm o que comer. O desemprego estrutural vem acompanhado da fome.

Ao analisarmos todos esses apontamentos a respeito da crise ambiental e sobre o desemprego estrutural e ataque aos direitos trabalhistas, não nos resta dúvidas sobre a atualidade e importância dos conceitos trazidos por Mézáros (2002) sobre a crise estrutural do capital.

A agenda apregoada por Bolsonaro e Paulo Guedes vem de encontro com a necessidade da retomada da taxa de lucro de um sistema que se encontra em crise e cada vez com menos espaço de deslocamento de suas contradições, sendo obrigado a destruir o meio ambiente e atacar os trabalhadores para que se consiga de alguma forma mais valor na forma de trabalho excedente acumulado.

4) Considerações finais

Buscamos aqui apresentar de forma breve uma teorização capaz de nos explicar as alterações do sociometabolismo do capital no século XXI. Os apontamentos de Marx (2013) a respeito do *modus operandis* do capitalismo servem como pontapé inicial para os estudos de Mészáros (2002, 2015), que busca, sob a luz do materialismo histórico dialético, entender as morfologias que o sistema sofreu durante o século XX, tanto enquanto sociometabolismo quanto sua relação com as personificações políticas, com destaque para o papel do Estado.

O que Mészáros nos apresenta é nítido, grave e direto. A busca incessante (e ontológica) do sistema do capital por mais valor causa deveras destruição, quer seja da natureza, quer seja da qualidade de vida dos trabalhadores. Não há como conciliar capitalismo e sustentabilidade ou capitalismo e bem-estar social. Se em outrora era possível haver uma acumulação e, ao mesmo tempo, conciliar a pauta dos trabalhadores, hoje claramente não há mais.

Pois bem, ao incorporarmos as afirmações de Mészáros e lançarmos mão de uma análise da realidade brasileira durante o desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, a partir de elementos da crise estrutural como a destruição da natureza e o desemprego, pudemos confirmar nossa hipótese inicial de que as ações de Bolsonaro corroboram com a crise estrutural do capital. O Estado brasileiro agiu de forma a potencializar a acumulação de setores estratégicos para o capital nacional e internacional - de acordo com o papel do Brasil no mercado mundial - que são o agronegócio, a pecuária e a mineração.

Para conseguir tal feito, abriu-se mão de uma cartilha protofascista, ancorada em táticas pós-modernas de divulgação de *fake news*, como por exemplo a contestação de se existir uma crise climática, enquanto a ação no mundo real e concreto atuava para a destruição de recursos naturais e áreas de reservas como forma de expansão das atividades do agronegócio, pecuária e mineração. As alterações feitas nas legislações ambientais e trabalhistas ilustram as interpretações de Mészáros (2002, 2015) sobre o papel do Estado e a necessidade de estar acima da lei, podendo legislar em nome do capital.

No que tange ao desemprego estrutural e ataque aos direitos trabalhistas, a atuação do governo federal também foi em total consonância com os apontamentos de Mészáros sobre

o papel do Estado enquanto personificação política do capital em tempos de crise estrutural (2002, 2015). Atacar e retirar direitos, desarticular os sindicatos - instituição histórica de luta e representatividade da classe trabalhadora - incentivar o “empreendedorismo” que na verdade não passa de subemprego - emprego informal, desprotegido e mal remunerado. Temos como resultado aumento recorde do desemprego e da insegurança alimentar, além do fato de o Brasil voltar a ter presença no mapa mundial da fome, com milhões de pessoas sem ter acesso ao básico da alimentação para o próprio sustento.

O agravamento da crise estrutural e, juntamente, a intensificação da agenda neoliberal, expressam novas roupagens de uma velha questão social, onde o desemprego estrutural e a piora das condições climáticas estabelecem novos desafios conjunturais para a criação e aplicação de políticas sociais. Além disso, tem-se a disputa pelo Estado (ainda que capitalista), e a luta política que a categoria profissional estabelece na defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo com os limites apontados até então.

Mais do que derrotar Bolsonaro, como na última eleição, precisamos derrotar o capitalismo e suas agendas. Como sistema sociometabólico com características ontológicas, o capital não aceita negociar contra seus princípios básicos de necessidade de acumulação e já mostrou que está disposto a alcançar seus objetivos independentemente das consequências devastadoras que isso pode causar para os seres humanos e natureza. Apenas a luta dos trabalhadores, tanto pelo alargamento de direitos como a uma nova sociabilidade para além do capital, é capaz de transformar os padrões produtivos para que tenhamos enfim as necessidades humanas postas em primeiro lugar. Pensar estrategicamente nas lutas pontuais de curto, médio e longo prazo são atividades necessárias para uma esquerda que defenda a autonomia dos trabalhadores e também melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BNEWS. CPI da Covid: Autores de estudo sobre mortes por coronavírus evitáveis depõem nesta quinta-feira. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/312106,cpi-da-covid-autores-de-estudo-sobre-mortes-por-coronavirus-evitaveis--depoem-nesta-quinta-feira.html>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

Carta Capital. Brasil perdeu 13% da vegetação nativa nos últimos 37 anos. Disponível

em:<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/brasil-perdeu-13-da-vegetacao-nativa-nos-ultimos-37-anos/> Acesso em: 11 de novembro de 2023.

DA SILVA, M. D.; FEARNSTIDE, P. M. Brasil: meio ambiente sob ataque no governo Bolsonaro. Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/brasil-meio-ambiente-sob-ataque-no-governo-bolsonaro/> Acesso em, v. 7, 2022. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

ENGELS, F.; MARX,. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007

GASPARDO, M.; SANTOS, L. R.; MARCHIONI, A. Avaliação legislativa das reformas trabalhistas promovidas por meio de medidas provisórias no Governo Bolsonaro. Revista Direito GV, São Paulo, v. 19, p. e2323, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202323>. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

G1. Agropecuária foi responsável por 90% da perda de vegetação natural do Brasil, aponta levantamento. Disponível em:<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/08/28/agropecuaria-foi-responsavel-por-90percent-da-perda-de-vegetacao-natural-do-brasil-aponta-levantamento.ghtml> Acesso em: 07 de novembro de 2023.

G1. 2023 deve ser o ano mais quente em 125 mil anos, diz observatório europeu. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/11/08/2023-deve-ser-o-ano-mais-quente-dos-ultimos-125-mil-anos-dizem-cientistas.ghtml> Acesso em: 07 de novembro de 2023.

G1. Área queimada no Pantanal em 2020 supera em 10 vezes a área de vegetação natural perdida em 18 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/24/pantanal-bioma-mais-preservado-ate-2018-perdeu-ao-menos-10-vezes-mais-area-em-2020-que-em-18-anos.ghtml>. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 05 de novembro de 2023

REDE PENSSAN. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 11 de novembro de 2023.

LYOTARD, J. F. A Condição Pós-Moderna. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 2009.

MARX, K. O Capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZAROS, I. A Montanha Que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZAROS, I. Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. Crise do Capital e Consequências Societárias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

PANIAGO, M. C. S. Mézáros e a Incontrolabilidade do Capital. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Primeira Página. Amazônia perdeu 17% da vegetação natural em 37 anos; maior parte no Brasil. Disponível em: <https://primeirapagina.com.br/meio-ambiente/amazonia-perdeu-17-da-vegetacao-natural-em-37-anos-maior-parte-no-brasil/> Acesso em: 07 de novembro de 2023.

POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 38, p. 309-330, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>. Acesso em: 07 de novembro de 2023.